

Imprensa avançou mais que o Congresso, diz Garibaldi

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, afirmou ontem que a imprensa é hoje uma caixa de ressonância da sociedade muito mais avançada que o próprio Senado. Para Garibaldi, que participou da 3ª Conferência Legislativa sobre Liberdade

de Imprensa, o Parlamento abdicou de sua prerrogativa de legislar, devido ao excesso de medidas provisórias editadas pelo Executivo. No encontro, Marco Maciel disse que o Legislativo e a imprensa garantem a liberdade de expressão. **Página 7**

Gerardo Magela



A relatora da LDO, Serys Slhessarenko, ouve a exposição de Paulo Bernardo sobre a proposta

Gerardo Magela



Célio da Cunha, Garibaldi Alves, Arlindo Chinaglia, Enrique Santos e Nelson Sirotsky

Biocombustível pode gerar fome?

Críticas de autoridades internacionais à produção de biocombustíveis são contestadas por Neuto de Conto, Alvaro Dias e Gerson Camata, mas recebem apoio de José Nery. **Página 5**

Senado prepara correção de emenda

O Senado deve votar na próxima semana correção do projeto que regulamenta a Emenda 29, sobre recursos para a saúde. O anúncio foi feito pelo presidente da Casa. **Página 3**

Impresso Especial
5362005/DR/BSB
SENADO FEDERAL
CORREIOS



Financiamento para o teatro gera polêmica

A audiência pública sobre o anteprojeto da Lei Geral do Teatro mostrou ontem que não há consenso, no setor artístico, sobre o tipo de financiamento – se público ou privado – que deve prevalecer nas produções teatrais. **Página 8**

Ministro avisa: não há verba para reajustar as aposentadorias

Paulo Bernardo alega que a Constituição federal impede a criação de despesa permanente sem que haja previsão de receita para sustentá-la

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, afirmou à Comissão Mista de Orçamento que não há recursos para o governo pagar aumento dos benefícios

do INSS. Ele se referia às despesas que podem resultar do fim do fator previdenciário e da emenda que garante às aposentadorias os mesmos reajustes concedidos ao salário mínimo. **Página 6**

Senado homenageia os 48 anos de Brasília

Em sessão para celebrar o aniversário da capital, senadores falam do dia-a-dia da cidade e da importância de Brasília para o conceito de vida urbana. **Página 7**



Senadores e convidados, entre eles o governador do DF, José Roberto Arruda, participam da homenagem à capital do Brasil

J. Freitas



Rosalba Ciarlini, entre Amir Haddad e Odilon Wagner, preside o debate

José Cruz

Senador lê moção de 1,2 mil líderes do movimento sindical gaúcho afirmando que peritos vêm com frequência eximindo empresas de responsabilidade por doenças ocupacionais

Paim denuncia INSS por supostas falhas em perícias médicas

Moção aprovada em Porto Alegre, na segunda-feira, por cerca de 1,2 mil líderes do movimento sindical gaúcho criticando o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) por suposta falta de isenção em perícias médicas foi lida por Paulo Paim (PT-RS) em Plenário. De acordo com os sindicalistas, os peritos vêm “sistematicamente eximindo as empresas da responsabilidade pelas doenças ocupacionais”.

Segundo o senador, que participou do ato, a moção foi votada durante o Seminário do Dia Internacional em Memória às Vítimas de Acidentes e Doenças Relacionadas ao Trabalho, organizado pelo Fórum Sindical da Saúde dos Trabalhadores e pela CUT/RS, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre.

“Denunciamos a forma como estão sendo realizadas as perícias



Gerardo Maggelo

Paim agradece apoio recebido por seus projetos que beneficiam os aposentados

médicas no INSS”, diz a moção, que também expressa apoio ao Senado pela aprovação dos projetos que visam derrubar o fator previdenciário e reintroduz a correção das aposentadorias e pensões pelo índice do salário mínimo.

Paim agradeceu também a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); as câmaras de

vereadores; as assembleias legislativas; o presidente da Executiva Estadual do PT do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra; e as pessoas que enviaram e estão enviando abaixo-assinados em favor dos projetos. Ele revelou ter-se encontrado recentemente com sindicalistas de várias tendências de seu estado, dos quais recebeu a garantia de que lutarão pela aprovação das matérias também na Câmara dos Deputados.

Mencionando artigo do escritor Moacyr Scliar sobre o extinto costume japonês de deixar os velhos morrerem de frio, Paim observou que não atender aos aposentados é “condená-los à morte”.

– Tenho recebido cutucadas em forma de ameaça. Estão tentando confundir a opinião pública, mas não desistirei da luta – advertiu.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) apoiou o pronunciamento.

Mão Santa faz apelo a Lula pela recuperação de estradas

Mão Santa (PMDB-PI) sugeriu ao governo federal que cuide melhor das rodovias brasileiras. O senador também pediu ao presidente Lula que dê mais atenção ao problema.

Ele recordou frase do ex-presidente Washington Luiz segundo a qual “governar é fazer estradas”. Disse ainda que o imperador dom Pedro II, por correspondência, teria dito à filha, princesa Isabel, que “estrada é o melhor presente

que você pode dar a um povo”.

– Estrada ruim não é brincadeira, não – alertou.

O senador justificou sua ausência na sessão de segunda-feira informando que acidente grave ocorrido em estrada mal cuidada da região atrasou seu retorno de viagem ao sul do Piauí. Mão Santa esteve no estado para comparecer ao aniversário dos prefeitos de Uruçuí e de Canaveira e à missa de sétimo dia do empresário



José Cruz

Mão Santa relata grave acidente ocorrido em rodovia no sul de seu estado

Filadelfo Castro. Ele agradeceu a Expedito Júnior (PR-RO) pelo convite para visitar Rondônia, e disse que não pôde ir devido a esses compromissos.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

Às 13h30, será realizada sessão conjunta do Congresso Nacional. Às 16h, a sessão do Senado é deliberativa. A pauta continua trancada por duas medidas provisórias.

Agenda do presidente

Às 10h30, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebe de Cristovam Buarque relatórios setoriais da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) com propostas para os ensinos infantil, fundamental, médio, superior, especial, a distância e profissionalizante.

CCT debate veículos de comunicação regionais

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) realiza, às 9h, audiência sobre veículos de comunicação regionais. Estão convidados o ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência

da República, Franklin Martins; o presidente da Frente Parlamentar de Apoio e Fortalecimento da Mídia Regional, deputado Cláudio Vignatti; e o diretor-executivo da Associação dos Diários do Interior do Brasil, Adriano Kalil Escada.

Aposentadoria por invalidez

Entre as oito proposições em pauta na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), está a que isenta o aposentado por invalidez maior de 60 anos de exame médico-pericial. A comissão se reúne

às 11h. A pauta também inclui substitutivo a dois projetos de lei que dão aos empregados o direito de escolher a instituição financeira e a agência em que receberão seus salários.

Audiência sobre o povo negro na CDH

Audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH), às 9h, vai tratar do povo negro. Estão convidados os presidentes da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, Antônio Fernandes Neto; da Nova Central, José Calixto; da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva; da Central Única dos Trabalhadores (CUT),

Artur Henrique; da Central dos Trabalhadores do Brasil, Wagner Gomes; e da Confederação Nacional dos Trabalhadores, Antônio de Almeida; além do coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores, José Augusto, e do juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, Luiz Alberto de Vargas.

Processos criminais e de quebra de decoro

Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), às 10h, tem pauta de 18 itens. O primeiro é o projeto que dispõe sobre a divulgação, no horário reservado à propaganda eleitoral no rádio e na televisão, dos nomes dos candidatos que respondem a

processos criminais e de quebra de decoro parlamentar. Ainda na pauta o projeto que concede às pessoas carentes ou de baixa renda anistia dos foros e das taxas de ocupação devidos nos últimos cinco anos, relativos a imóveis da União em terrenos de marinha.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br/jornal | jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – 70165-920 Brasília (DF)

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves, Gerson Camata e Mão Santa

Borges homenageia imigrante japonês

A solenidade oficial que celebrou os cem anos da emigração das primeiras famílias japonesas para ao Brasil foi relatada por César Borges (PR-BA), integrante da comitiva que visitou o Japão.

Segundo o senador, no evento foram reafirmados os interesses econômicos que justificam o planejamento de novos projetos comuns.

Borges citou ainda a necessidade de o Brasil acompanhar o avanço da TV digital japonesa e a importância da retomada aos financiamentos dos bancos japoneses a projetos de saneamento e de desenvolvimento agrícola para o Brasil.

ACM Júnior rebate acusações de *IstoÉ*

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) rebateu acusações publicadas pela revista *IstoÉ* na matéria “O espólio secreto de ACM”. O senador disse que vai processar a revista “criminal e civilmente por ter caluniado, difamado e ofendido a família e a imagem do senador Antonio Carlos Magalhães”, falecido em julho de 2007.

O senador afirmou que as informações contidas na reportagem não são verdadeiras, e acusou a revista de manipular fotografias para mostrar ACM diante de obras de arte do Senado “como se as peças a ele pertencessem”.

Raupp apela por obras de gasoduto

O líder do PMDB, Valdir Raupp (RO) pediu a construção do gasoduto ligando a baía do Urucu a Porto Velho. O senador disse não entender por que a obra ainda não foi construída e lamentou que a Petrobras imponha óbices à sua efetivação.

Raupp leu reportagem publicada no último dia 20 pelo jornal *Folha de S. Paulo* com o título “Amazônia é nova fronteira de exploração petrolífera em terra”. Lembrou que são retirados 53 mil barris por dia de petróleo ultraleve em Urucu, mas que sua maior riqueza é o gás, com reservas de 100 bilhões de metros cúbicos.

Garibaldi apela aos líderes para que a deliberação seja feita por acordo, de modo a não prolongar mais decisão sobre a proposta

Senado vota na próxima semana correção sobre verba para saúde

O Senado deve votar na próxima semana a correção do projeto de lei complementar que regulamenta a Emenda Constitucional 29, destinada a suprir com mais recursos os serviços de saúde. Incompatibilidade entre dois artigos do projeto faz com que o setor, em vez de ganhar mais recursos, perca R\$ 5 bilhões.

Segundo o presidente do Senado, Garibaldi Alves, a Secretaria Legislativa da Casa já encontrou no Regimento uma solução para o problema. O senador está apelando aos líderes para que a correção do projeto seja votada por acordo, para não se prolongar por mais tempo. Depois de corrigido, o texto seguirá para a Câmara.

Na mesma entrevista, Garibaldi afirmou ser necessário vencer dois obstáculos que dificultam o cumprimento da prerrogativa do Senado de legislar. Primeiro, disse ele, é necessário superar a dificuldade resultante do excesso de medidas provisórias que trancam a pauta. Segundo, é preciso que a



Agripino contesta argumento do governo de que faltam recursos

oposição entenda que é preferível o voto contrário à inexistência de deliberação. Afinal de contas, é votando, mesmo contra, que se destranca a pauta, argumentou.

Agripino

O líder do DEM no Senado, José Agripino (RN), voltou a defender a aprovação de projeto do Senado (PLS 121/07 – Complementar) que regulamenta a Emenda 29. O parlamentar espera, dessa forma, garantir os recursos adicionais para a saúde

pública estabelecidos no dispositivo constitucional.

O projeto foi aprovado pelo Senado no dia 9 de abril, mas com incorreções capazes de provocar perda de recursos. Agripino criticou o governo por se posicionar contrário à proposta, sob a alegação de falta de recursos.

– Se o governo pode pagar R\$ 4,2 bilhões a mais em juros e gastar com a TV pública e os cartões corporativos, por que não tem R\$ 5 bilhões para a saúde? – questionou ele, lembrando que a regulamentação da emenda foi proposta pelo senador petista Tião Viana (AC).

Agripino elogiou o projeto por dar ao SUS verbas essenciais ao seu bom funcionamento. Ele chamou a atenção para o fato de 40 milhões de pessoas pagarem caro por planos de saúde, justamente porque não querem depender do SUS. Mas lembrou que este atende aos 140 milhões de brasileiros que não têm alternativa fora do sistema público de saúde.



Na reunião, Neil Parish (do Parlamento Europeu), Onyx Lorenzoni e Neuto de Conto

Parlamentares brasileiros e europeus entram em confronto

Um clima de confronto marcou o desfecho de reunião de trabalho realizada ontem entre parlamentares que representam o setor agropecuário brasileiro e membros da Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu.

Respondendo a críticas do deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO) ao embargo às importações de carne, o presidente da comissão do Parlamento Europeu, deputado Neil Parish, acusou o parlamentar do DEM de assumir posição agressiva e chegou a dizer que os produtores brasileiros pos-

suem “melhor bom-senso” que alguns de seus representantes.

– Vimos como amigos, e não como inimigos. Estamos aqui para tentar encontrar soluções, não para arrogâncias – afirmou Parish.

Ronaldo Caiado havia dito que os produtores nacionais receberam como uma “agressão” a decisão do embargo, no início do ano e, mais recentemente, flexibilizado. E acusou Parish de participar de associação de produtores que lidera campanha para denegrir a imagem do produto brasileiro na Europa.

Renan defende estímulo para novo modelo de produção

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) apresentou projeto de lei (PLS 142/08) para estimular os Arranjos Produtivos Locais (APLs) transferindo uma parcela dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

– O cenário empresarial do mundo passou por grandes transformações, influenciado especialmente pela globalização. Por isso, é necessário estimular novos modelos de produção para que o desenvolvimento social e econômico leve em conta, sobretudo, as vocações regionais. Entre tais modelos, destacamos as APLs – defendeu.

APL é o termo que se usa para definir uma aglomeração de empresas com a mesma especialização produtiva e que se localiza em um mesmo espaço geográfico. Os APLs mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si.

Créditos para ministérios

Na sessão do Congresso Nacional de hoje, às 13h30, devem ser votados dois projetos que abrem créditos extraordinários de R\$ 2,17 bilhões para os ministérios das Cidades e dos Transportes.

Nos caso dos Transportes (PLN 03/08), o Palácio do Planalto está redirecionando R\$ 492,4 milhões entre obras do próprio setor.

Já no projeto que trata do Ministério das Cidades (PLN 2/08) é feita uma correção burocrática, provocada por um veto do presidente da República ao Plano Plurianual (PPA) 2008/2011, que eliminou um programa dentro do ministério.

Plenário adia deliberações

A falta de quórum provocada pelo feriado do Dia do Trabalho, amanhã, e a disposição da oposição de manter o protesto em relação às medidas provisórias que abrem créditos extraordinários levaram à transferência das votações do Senado para a próxima semana.

Após reunião com os líderes ontem, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, anunciou que não havia acordo para votar as MPs que trancam a pauta. Ele garantiu, porém, que os senadores estão prontos para votar, na próxima semana, matérias sugeridas pelos próprios líderes.

Inácio é contra divisão da Bolívia

O governo brasileiro, na opinião de Inácio Arruda (PCdoB-CE), não deve reconhecer o plebiscito que será realizado em 4 de maio, em Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia. A região quer decidir se vai tornar-se um país independente.

O senador afirmou que “meia dúzia de representantes da elite branca boliviana está tentando aplicar uma espécie de golpe”. Para Inácio, os donos da Bolívia são “as grandes nações de nativos”, descendentes dos maias, que lutam há séculos para reaver parte do país. Ele disse que não quer a divisão da Bolívia, e que o plebiscito é ilegal.

Presença de empresas brasileiras é ressaltada pelos indicados para representar o Brasil na Turquia e no Irã. Futura embaixadora da Eslováquia defende aproximação cultural



Heráclito preside reunião para examinar indicações de Marcelo de Moraes Jardim (E), Marília Sardenberg Gonçalves e Antonio Luis Espínola

Embaixadores querem ampliar o comércio com o Oriente Médio

A ampliação da presença no Oriente Médio de empresas brasileiras – como a Petrobras e a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) – foi defendida pelos embaixadores indicados para a Turquia, Marcelo Andrade de Moraes Jardim, e para o Irã, Antonio Luis Espínola Salgado. As mensagens presidenciais com as indicações receberam ontem parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Também foi aprovado o nome de Marília Sardenberg Zelter Gonçalves para a Embaixada na Eslováquia.

Segundo Marcelo Jardim, a Petrobras já firmou contratos com a Turquia para explorar petróleo no Mar Negro e na fronteira com a Bulgária. A empresa tem um escritório em funcionamento na capital do país, Ancara.

A Embraer, por sua vez, já abriu dois escritórios no país – um para aviação militar, em Ancara, e outro para aviação comercial, em Istambul. A empresa tem chance, segundo o embaixador, de obter nas próximas licitações uma fatia da aviação militar da Turquia.

O comércio entre os dois países vem registrando sucessivos recordes desde 2003. Nos dez primeiros meses de 2007, as trocas alcançaram US\$ 754 milhões, com saldo para o Brasil de US\$ 421 milhões. A mensagem teve como relator *ad hoc* o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE).

A Petrobras, informou Antonio Luis Espínola, indicado para o Irã, já mantém escritório no país, o quarto produtor mundial de petróleo. A empresa explora jazidas no Golfo Pérsico e negocia com o governo iraniano a participação na exploração de campos no Mar Cáspio.

Mas, ressaltou o embaixador, é preciso lembrar que os Estados Unidos ameaçam aplicar sanções a empresas que negociam com o Irã, acusado por Washington de manter um programa para fabricar armas nucleares.

Em 2006 e 2007, o Irã foi o principal mercado para produtos brasileiros no Oriente Médio. O país é o sexto maior mercado consumidor de produtos do agronegócio brasileiro, como soja, açúcar, carne bovina, papel e celulose.

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) foi o relator *ad hoc* da indicação de Espínola.

Já as relações comerciais com a Eslováquia são deficitárias para o Brasil, que exportou US\$ 22 milhões para aquele país em 2007 e importou US\$ 75 milhões. O principal foco do relacionamento econômico bilateral é o investimento da Empresa Brasileira de Compressores (Embraco), que abriu recentemente uma fábrica na região leste da Eslováquia.

Marília Sardenberg será a primeira embaixadora brasileira residente na capital do país, Bratislava. Até agora, o Brasil era representado na Eslováquia por suas embaixadas em Praga e Viena. A embaixadora – cuja mensagem de indicação teve como relator *ad hoc* Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) – anunciou a intenção de desenvolver um “intenso programa cultural” bilateral, para que os dois países possam se conhecer melhor.

Durante a reunião, o presidente da CRE, Heráclito Fortes (DEM-PI), retirou-se para receber o vice-presidente eleito do Paraguai, Federico Franco.

Alvaro Dias discute Itaipu com o vice-presidente eleito do Paraguai

O 2º vice-presidente do Senado, Alvaro Dias (PSDB-PR), afirmou, ao final de reunião com o vice-presidente eleito do Paraguai, Federico Franco, que o Brasil e o país vizinho devem negociar novo arcabouço jurídico para a binacional de Itaipu. O senador afirmou que concorda com Federico Franco no que diz respeito à necessidade de dar transparência aos negócios da empresa, mas discorda do aumento do preço da energia que o Brasil compra do Paraguai.

– Qualquer alteração no preço será transferida ao consumidor brasileiro, e isso não podemos admitir – declarou o parlamentar.

Alvaro Dias acrescentou que Itaipu deve ter a obrigação de prestar contas tanto ao Paraguai como ao Brasil, o que não ocorre hoje, disse.

A situação de cerca de 500 mil brasileiros que vivem no Paraguai também foi discutida com Federi-

co Franco, que garantiu que não há nem haverá nenhuma insegurança para eles.

Diálogo

Em entrevista depois da reunião, o vice-presidente eleito afirmou que seu país pretende negociar com o Brasil um preço justo para a energia. Ele argumentou que, quando o tratado de Itaipu foi negociado, o preço do barril do petróleo custava US\$ 8, e hoje é vendido a US\$ 120. E o preço do petróleo é preço de energia, assinalou Franco.

– Eu não creio que haja nada que não se possa dialogar entre o Paraguai e o Brasil. Temos muita esperança de que o governo do presidente Lugo elimine a corrupção e termine o tratamento pouco sério dos negócios do país – declarou Federico Franco, ao informar que também negocia a construção de uma segunda ponte entre Brasil e Paraguai.



Marco Maciel (D) também se encontrou com o vice-presidente eleito Federico Franco

Marco Maciel e Federico Franco debatem importância do Mercosul

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Marco Maciel (DEM-PE), também recebeu ontem o vice-presidente eleito do Paraguai, Federico Franco. Os dois discutiram a importância do Mercado Comum do Sul (Mercosul) para países integrantes da bacia do Prata. De acordo com o senador, a partir desse núcleo se pode pensar numa integração sul-

americana espelhada no modelo europeu do pós-guerra.

Marco Maciel disse não ter dúvidas da importância da integração para a defesa dos interesses econômicos e para as questões políticas e sociais.

– Acredito que isso seja um bom começo para que possamos estar juntos nestes tempos de mundialização do planeta – afirmou.



Desagregação territorial pode ter efeitos negativos para o Brasil, diz Collor

Collor alerta para as consequências da instabilidade política na Bolívia

Fernando Collor (PTB-AL) alertou ontem para a possibilidade de desagregação territorial da Bolívia e seus efeitos negativos para o Brasil e o Mercosul. Segundo disse, o movimento autonomista dos departamentos de Santa Cruz de La Sierra, Pando, Beni e Tarija tem aumentado sua intensidade com os referendos que serão realizados no dia 4 de

maio e em julho.

O senador assinalou que a esses referendos o governo Evo Morales tem contraposto seu apoio à autonomia de povos indígenas e mobilizado as centrais sindicais. Além disso, acrescentou Collor, o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, promoveu no dia 23 reunião de emergência da Alternativa Bolivariana para

as Américas (Alaba), quando conseguiu apoio incondicional ao presidente da Bolívia.

– Esse apoio, rebatido pela oposição boliviana como interferência externa indevida, conduziu ao aumento das tensões, à radicalização de posições. Em sentido inverso, buscando neutralizar o acirramento de ânimos, tem agido a Organização dos

Estados Americanos [OEA] – assinalou Collor.

O senador lembrou que foi formado o grupo de amigos da Bolívia composto por Brasil, Argentina e Colômbia, sob a égide da OEA, para intermediar o diálogo entre o governo central e as províncias autonomistas. No entanto, ressaltou, os referendos foram mantidos.

Existe relação entre biocombustível e falta de alimento?

As críticas de autoridades internacionais aos biocombustíveis repercutem no Senado. As afirmações de que a escassez de alimentos deverá se intensificar e que, por isso, a produção de biocombustíveis representaria um problema moral foram contestadas por Neuto de Conto, Gerson Camata e Alvaro Dias. De forma contrária, pensa José Nery. Neuto de Conto argumentou que o Brasil possui área suficiente para expandir tanto o cultivo agrícola, destinado à produção de alimentos, como aquele destinado

à geração de etanol. Gerson Camata ressaltou a rotatividade proporcionada com o plantio da cana-de-açúcar, que deve ser alternada entre plantações de feijão e soja, o que aumenta a oferta de alimentos. Alvaro Dias considera possível ampliar em duas vezes e meia a produção de alimentos sem desmatar. Mas José Nery, citando o professor de geografia agrária da USP Ariosvaldo Umbelino, afirmou que a área desviada para a produção de cana-de-açúcar poderia produzir 400 mil toneladas de feijão e 1 milhão de toneladas de arroz.

▼ O incentivo que virou crítica

Os debates que alertam para as mudanças climáticas e a necessidade de redução da emissão de gases poluentes levaram países e blocos econômicos a incentivarem a produção de biocombustíveis em todo o planeta. Os Estados Unidos, por exemplo, concentram a produção de etanol a partir do milho, cultura que cedeu um terço de sua produção a essa finalidade. Já a União Européia determinou que 10% do consumo de energia devem vir dos biocombustíveis em 2020.

Mais tarde, porém, as investigações sobre as causas do aumento dos preços dos alimentos apontaram para os biocombustíveis.

Essa associação começou a ter maior visibilidade, em setembro do ano passado, durante a abertura da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Nesse período, dois documentos, do Banco Mundial e da própria ONU, apontaram que a ampliação de áreas agrícolas destinadas à produção de biocombustíveis poderia provocar aumento no preço dos alimentos e no desmatamento.

O documento, que tem entre os autores o relator da ONU para Segurança Alimentar, Jean Ziegler, defendeu a suspensão de avanços na produção de biocombustíveis por cinco anos para que não ocorra um “desastre” que provoque a fome no mundo. Para Ziegler, a “imagem verde e pura dos biocombustíveis” é um mito.

Já o Banco Mundial divulgou, em outubro passado, o documento “Agricultura para o Desenvolvimento”. Ainda que reconhecesse a importância do biocombustível para reduzir a dependência de combustíveis fósseis, fez ressalvas quanto aos riscos para o meio ambiente e para a oferta de alimentos.

As discussões se intensificaram em abril deste ano, quando, em entrevistas à imprensa, representantes do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e da ONU voltaram ao tema.

O diretor-gerente do FMI, Dominique Strauss-Kahn, afirmou que a alta dos preços dos alimentos pode frear a redução da pobreza e atribuiu a carestia, em parte, ao avanço dos biocombustíveis. Na mesma data, o presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick, observou que um forte aumento da produção de biocombustíveis nos Estados Unidos e na Europa é um fator importante para a disparada dos preços dos alimentos.

Neuto de Conto



Para senador, declarações contrárias ao etanol não se justificam

Agroenergia não compete com segurança alimentar

São “injustificáveis” as manifestações internacionais contra a produção de biocombustíveis, no entender de Neuto de Conto (PMDB-SC). Essas manifestações responsabilizam a atividade pelo aumento nos preços mundiais dos alimentos.

De acordo com o senador, que é presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), a agroenergia não compete com a segurança alimentar no Brasil. Neuto de Conto fez essas declarações durante debate realizado na Câmara dos Deputados ao qual estiveram presentes integrantes da Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu.

Com a crise global na oferta de alimentos, várias autoridades internacionais vêm criticando a produção de etanol, argumentando que sua expansão tem levado à redução do cultivo de alimentos no mundo.

Gerson Camata



Melhoria no padrão de vida e custo de fertilizantes teriam elevado preços

“Queriam encontrar um grande vilão para essa alta”

Gerson Camata (PMDB-ES) repudiou ontem declarações de representantes da Organização das Nações Unidas e do Banco Mundial que classificaram os biocombustíveis como “um crime contra a Humanidade”, apontando-os como culpados pela alta dos preços dos alimentos.

– Queriam encontrar um grande vilão para essa alta, e elegeram os biocombustíveis, até então saudados como a solução para o aquecimento global – disse Camata.

O senador indicou outros fatores para a disparada dos preços de produtos como trigo, arroz e milho, entre eles a melhoria no padrão de vida na Ásia e na própria América Latina, o que intensifica o consumo; o aumento do preço do barril de petróleo, que duplicou em poucos anos; o conseqüente aumento do custo dos fertilizantes; e a crise imobiliária nos Estados Unidos.

Alvaro Dias



País poderia incorporar mais 50 milhões de hectares à área de plantio

Pastagem pode solucionar crise mundial

Para Alvaro Dias (PSDB-PR), o aumento no preço dos fertilizantes poderá comprometer o custo de produção das principais culturas do país.

De acordo com o senador, os preços médios dos fertilizantes, em março, subiram 58%, se comparados ao mesmo mês do ano anterior. Alvaro avaliou ainda que o Brasil é detentor de um potencial para solucionar no curto prazo a crise mundial de alimentos. Segundo ele, o país poderia incorporar aos 47 milhões de hectares usados para produzir comida mais 50 milhões de hectares de pastagens subaproveitadas, que possuem aptidão para o plantio de grãos, conforme sugestão já apresentada pelo ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues.

– Dobraríamos a área com grãos e ampliaríamos em duas vezes e meia o volume da safra de alimentos, alcançando 350 milhões de grãos, sem desmatar – disse.

José Nery



Modelo industrial capitalista estaria dando mostras de insuficiência

Lucro não deve solapar direito à alimentação

O direito à alimentação não pode ser solapado pelo direito ao lucro e à acumulação capitalista. Essa é a opinião do senador José Nery (PSOL-PA), que ontem acusou “o atual modelo industrial capitalista de agricultura, dependente do petróleo”, de não ser mais suficiente para manter a produção e suprir os alimentos necessários à sociedade.

Para o senador, a atual crise dos alimentos tem dois fundamentos: a alta do preço do petróleo, com reflexos nos preços dos fertilizantes e agrotóxicos, e o aumento do consumo, “mas não do consumo direto como alimento, visão defendida pelo governo brasileiro, e, sim, do decorrente da opção dos Estados Unidos pela produção do etanol a partir do milho”.

José Nery citou dados do IBGE que revelam, entre 1990 e 2006, a redução da produção dos alimentos imposta pela expansão da área plantada de cana-de-açúcar.

A alta dos preços

Até 2020, a expansão dos agrocombustíveis pode elevar os preços dos seguintes alimentos básicos:

Trigo	30%
Milho	41%
Soja	76%
Mandioca	135%

Aumento dos preços dos alimentos em 2007:

Trigo	130%
Arroz	74%
Soja	87%
Milho	53%

Fonte: Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)

Obs.: Cada ponto percentual a mais significaria mais 16 milhões de pessoas desnutridas no mundo. Fonte: Instituto de Investigação sobre Políticas Alimentares (IIPA).

Ministro cita a Constituição para apontar a falta de previsão orçamentária ou de cortes de gastos para sustentar aumento permanente das despesas com benefícios da Previdência

Paulo Bernardo avisa: não há mais dinheiro para aposentadorias

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, afirmou, em audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO), que o governo não tem como financiar aumentos dos benefícios do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Dois projetos com essa finalidade foram aprovados no início de abril, pelo Senado, e encaminhados à Câmara. O PLC 42/07 recebeu emenda do senador Paulo Paim (PT-RS) para estender aos benefícios da Previdência Social o mesmo percentual de reajuste concedido anualmente ao salário mínimo. Já o PLS 296/03, também de Paim, extingue o fator previdenciário, um redutor aplicado às aposentadorias e pensões.

Paulo Bernardo se dispôs, entretanto, a discutir o PLS 121/07, do senador Tião Viana (PT-AC),



O ministro (E) afirma na CMO que parâmetros para LDO não são otimistas por acaso

que regulamenta a Emenda Constitucional 29, sobre os percentuais mínimos a serem investidos na saúde pública por municípios, estados e União.

– A própria Constituição diz que não podemos aprovar um projeto criando uma despesa permanente sem ter previsão de receita para

sustentá-lo – justificou.

O ministro afirmou ainda que os parâmetros econômicos adotados para elaborar a LDO para 2009 não são exageradamente otimistas.

– No ano passado, também fomos acusados de otimistas e acabamos tendo um crescimento de 5,4% – lembrou Paulo Bernardo.

Para Ideli, governo Lula está mudando a vida das pessoas

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) disse que o desempenho do presidente Lula na pesquisa CNT/Sensus indica que o atual governo está “mudando efetivamente” a vida das pessoas.

Cerca de 50,4% dos entrevistados mostraram-se favoráveis a um terceiro mandato para Lula e 57,5% reputaram o seu governo como positivo. A avaliação pessoal do presidente atingiu 69,3%.

– É uma avaliação inédita para um presidente, principalmente em segundo mandato. E aí aparece a questão do terceiro mandato

até como algo natural porque, se quase 70%, aproximadamente, avaliam o presidente como bom, é meio natural as pessoas quererem que ele continue, não é? – indagou.

A senadora ressaltou que a idéia de um terceiro mandato aparece de “forma contundente” na pesquisa, mas, salientou, o próprio Lula já declarou ser contrário à tese.

– Se o presidente Lula, com esses índices de popularidade, tem condição (e cada vez mais ele tem condição) de fazer o sucessor,



“O terceiro mandato aparece como algo natural”, avalia Ideli ao comentar pesquisa

por que ele vai trocar o sucessor mais a possibilidade de, se quiser, voltar em 2014 (e depois, se não for mudada a regra, se reeleger) por um terceiro mandato, que inclusive seria uma afronta à Constituição? – questionou Ideli.

Flávio Arns reclama de projeto que regulamenta 3º setor

O projeto do governo que regulamenta a atuação do terceiro setor pode inviabilizar o atendimento prestado à população carente por entidades filantrópicas, como as santas casas de misericórdia. O alerta foi feito por Flávio Arns (PT-PR).

Para o senador, o projeto cria entraves burocráticos a essas entidades, que teriam de obter



Para Arns, excesso de burocracia prejudicaria atendimento das Apaes

um registro diferente para cada área de atuação. Arns mencionou as associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes), que oferecem atendimento educa-

cional, assistência à família e tratamentos de fisioterapia e fonoaudiologia.

A proposta, que está na Câmara (PL 3.021/08), obrigaria as entidades a obterem ainda um registro no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica (CNPJ) para cada área de atendimento.

Flávio Arns reconheceu a necessidade de regulamentação do terceiro setor, mas entende ser preciso preservar ONGs e entidades filantrópicas que tradicionalmente oferecem bom atendimento aos mais pobres.

Mozarildo critica “terceirização” da política indigenista por ONGs

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) criticou o governo por terceirizar a política indigenista para organizações não-governamentais (ONGs). Segundo o senador, enquanto a Fundação Nacional do Índio (Funai) “é desmantelada”, as ONGs obtêm a cada ano mais recursos do governo – R\$ 184 milhões, em 2003, e R\$ 362 milhões, em 2007, acrescentou.

O senador acusou o governo de permitir ao Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ligado à Igreja Católica, selecionar entidades para receber recursos. Criticou ainda a escolha da Editora Universidade de Brasília para cuidar da saúde dos índios em detrimento da Universidade Federal de Roraima,



Mozarildo Cavalcanti afirma que Funai está sendo “desmantelada”

que tem curso de medicina, ou do Exército.

– Se o dinheiro fosse entregue diretamente para os índios, muito bem – assinalou Mozarildo, para quem há ONGs “feitas para roubar”.

Exedito Júnior lamenta prejuízos a Rondônia

Exedito Júnior (PR-RO) disse que a fiscalização “a ferro e fogo” nas madeireiras vai gerar desempregados e miseráveis em Rondônia. Isso porque a Operação Arco de Fogo, realizada pela Polícia Federal, pelo Ibama e pela Força Nacional de Segurança para combater madeireiras ilegais na Amazônia, foi iniciada sem o devido planejamento.

O senador condenou o fechamento de madeireiras onde foi constatada quantidade de madeira maior do que a prevista no plano de manejo. De acordo com ele, a madeira excedente, que não



Exedito Júnior condena o fechamento de empregos em madeireiras lacradas

chega a 15% do total, é apreendida, mas o restante continua nos pátios e as madeireiras, lacradas, ficam impedidas de funcionar.

Em Rondônia, continuou, 54 madeireiras foram fiscalizadas e cerca de 3% da madeira foi apreendida. Em Machadinho do Oeste (RO), houve corte de 5 mil postos de trabalho.

Operação Arco de Fogo deixa quadro caótico nas cidades, afirma Goellner

O senador Gilberto Goellner (DEM-MT) manifestou preocupação com o “quadro desolador”, da população que reside nas cidades atingidas pela Operação Arco de Fogo da Polícia Federal e do Ibama.

– Essas ações vêm criando insegurança e intranquilidade entre produtores rurais, madeireiras, trabalhadores e na população. Pude testemunhar um quadro caótico, deprimente e preocupante. Um verdadeiro buraco social – afirmou.

Na avaliação de Goellner, o governo tomou a iniciativa sem que fossem articuladas medidas para compensar os impedimentos e uma política de incentivo e de



Goellner diz que governo não previu medidas para compensar proibições

valorização para manutenção das florestas naturais e opções econômicas viáveis.

– É injustificável o Brasil ter o seu Código Florestal regulado por medida provisória ainda não votada pelo Congresso – lamentou.

Gerardo Magela



Ao lado de Arlindo Chinaglia (D), Garibaldi discursa em conferência na Câmara

“Imprensa é caixa de ressonância mais avançada que o Senado”

Ao participar, ontem, da 3ª Conferência Legislativa sobre Liberdade de Imprensa, realizada na Câmara dos Deputados, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, afirmou que a imprensa brasileira é hoje uma caixa de ressonância da sociedade muito mais avançada que o Senado. Ele salientou que, embora tenha o poder de fazer as leis, o Parlamento não tem a “capilaridade” nem a agilidade dos meios de comunicação.

– Um Parlamento garroteado, atropelado por outro poder, jamais será cúmplice de uma imprensa independente e vigorosa, que, até quando comete excessos, procura fazer o melhor pelo país.

Para Garibaldi Alves, o Legislativo abdicou de sua prerrogativa de legislar, e o maior exemplo disso é o excesso de medidas provisórias editadas pelo Executivo e que, freqüentemente, impedem o Parlamento de deliberar sobre projetos de lei que estão na essência de suas prerrogativas.

– O jornalista que busca notícias no Parlamento exprime alguma coisa que o Congresso

deixou de exprimir justamente para dar lugar à imprensa. Esta é hoje uma caixa de ressonância muito mais vanguardista que o Congresso.

Segundo Garibaldi, numa reunião destinada a discutir a liberdade de imprensa, é inevitável que se observe a defasagem entre o trabalho dos jornalistas e o do Parlamento. Ele ressaltou ainda que, nessa comparação, é inevitável verificar o déficit em prejuízo do Legislativo.

– Hoje, o que se diz é que a mídia pauta os parlamentares. Acentuou-se isso muito mais agora, quando o Parlamento fica a dever, na medida em que não se impõe nem se afirma perante a sociedade brasileira – declarou.

Lembrando a cumplicidade que uniu imprensa e Legislativo ao longo da história do Brasil e em suas campanhas mais memoráveis, como a da Abolição da Escravatura e a da restauração de eleições diretas, Garibaldi disse que “essa cumplicidade está afetada porque a imprensa prossegue à frente, enquanto o Parlamento segue, vacilante, atrás”.

Maciel: Parlamento e imprensa garantem liberdade de expressão

O senador Marco Maciel (DEM-PE) ressaltou, ao falar durante a 3ª Conferência Legislativa sobre a Liberdade de Imprensa, que o Parlamento e a imprensa são, indubitavelmente, os dois pólos mais importantes para garantir a liberdade de expressão das pessoas, bem como dos povos.

Maciel considerou as gerações atuais como privilegiadas, porque testemunharam a virada do século 20 para o 21. Para ele, a maior diferença em relação às gerações anteriores foi a grande revolução eletrônica que ocorreu nos meios de comunicação, com o advento da televisão e, sobretudo, da internet, com os *blogs* e salas de bate-papo que trouxeram a co-

municação livre e direta, de duas mãos, entre as pessoas.

O senador lembrou palavras do filósofo italiano Norberto Bobbio, que lançou a idéia de distinguir países, não mais entre ricos e pobres, mas entre os que sabem e aqueles que não sabem, indicando que a educação e a tecnologia serão as ferramentas que trarão mais progresso e bem-estar às nações.

– Esse deve ser o desenvolvimento que devemos perseguir.

Maciel lamentou o fato de as instituições serem tão frágeis no Brasil. Ele citou novamente Norberto Bobbio, que defendeu a necessidade de solidez institucional como o fator mais relevante para o futuro sólido de uma nação.

Sessão especial do Senado homenageia os 48 anos de fundação da capital federal. Parlamentares destacam papel exercido por Juscelino Kubitschek e pelos pioneiros

Brasília revolucionou conceito de vida urbana, diz Garibaldi

Na sessão especial do Senado destinada a homenagear os 48 anos de fundação de Brasília, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, disse que a cidade se transformou em referência mundial, ao revolucionar os conceitos de vida urbana.

Para o senador, a visão “empreendedora e futurista” do ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira gerou a criação da nova capital do país, que, na visão de Garibaldi, trouxe mais progresso para todo o Brasil e para sua gente.

– É com muita alegria e satisfação que presido esta sessão especial em homenagem a Brasília. A nova capital sempre soube acolher e dar melhores condições

de vida a milhões de brasileiros, especialmente àqueles que vieram do Nordeste – salientou.

Garibaldi lembrou que, na década de 1950, a oposição se posicionou contrariamente à construção de Brasília, por entender que o empreendimento era muito ousado. O senador disse que, com o passar dos anos, a construção de Brasília justificou-se e, atualmente, apesar da existência de alguns problemas comuns a qualquer grande cidade, como o de trânsito, a nova capital transformou-se em referência mundial, com destaque para a arquitetura.

Durante a sessão, Garibaldi Alves homenageou o pioneiro

Artur Andrade, natural de Lavras (MG), de 101 anos de idade, que estava no Plenário.

Arruda

Ao falar na sessão especial, o governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, também afirmou que Brasília mudou o conceito que o mundo tinha sobre cidade. Enalteceu o fundador de Brasília, Juscelino Kubitschek, salientando que, em sua administração (1955/1960), o Brasil viveu “momentos de glória”, com destaque para a implantação da indústria automobilística e a inauguração de Brasília.

Emocionado, Arruda observou que, depois de sete anos, voltava a ocupar a tribuna do Senado.



Pioneiros e outros convidados lotaram o Plenário e as galerias do Senado na sessão que celebrou o aniversário da capital federal

A cidade, além das curvas arquitetônicas

Na sessão que comemorou o aniversário de Brasília, Adelmir Santana (DEM-DF), autor do requerimento para a realização da homenagem, destacou que Brasília, reconhecida pelo “ousado” planejamento e pelas curvas arquitetônicas, também possui uma vida urbana, formada por manifestações culturais provenientes de todos os estados do país.

Cristovam Buarque (PDT-DF), ex-governador do Distrito Federal, fez questão de comunicar a todos os brasileiros que não conhecem a capital que existe uma “Brasília real”, normalmente desconhecida. O senador disse que não há, na cidade, apenas o presidente da República, os senadores, deputados e ministros, mas

que existem também servidores públicos e trabalhadores da indústria, comércio e serviços.

“Calor humano”

Mesmo quem mora em Brasília, opinou José Agripino (DEM-RN), não conhece a “realidade dura” das cidades-satélites e do Entorno do Distrito Federal.

Para Gim Argello (PTB-DF), Brasília representa o “encontro consigo mesma”, uma vez que a cidade foi preenchida com o “calor humano de homens e mulheres de todas as regiões do país”. O senador Mão Santa (PMDB-PI) lembrou que a primeira cidade planejada do país foi Teresina, construída em 1852. Depois dela, foram construídas Goiânia, Belo Horizonte e Palmas, além

de Brasília.

A sessão de homenagem foi iniciada com a interpretação do Hino Nacional pelo cantor Nilton Lima, acompanhado pelo tecladista José Cabreira. Os dois ainda apresentaram a música *Peixe Vivo*, uma referência ao ex-presidente Juscelino Kubitschek. No encerramento, José Cabreira interpretou o Hino de Brasília. A cerimônia contou também com a presença do vice-governador do Distrito Federal, Paulo Octávio, e de muitos pioneiros – pessoas que vieram de todos os estados, nas décadas de 1950 e 1960, para contribuir com a construção da nova capital. Eles estiveram representados na Mesa pelo médico Ernesto Silva.



Osmar Dias: adoção da medida melhoraria qualidade do ensino

Osmar defende escola básica em tempo integral

Osmar Dias (PDT-PR) defendeu a implantação de escolas básicas em tempo integral para melhorar a qualidade do ensino. Ele pediu ainda que o Congresso aprove seu projeto que prevê a destinação de verbas da União a universidades estaduais.

O senador considerou pequeno o aumento de 400 mil vagas nas universidades federais até 2010, anunciada pelo presidente Lula no Dia Nacional da Educação. O aumento de vagas, disse Osmar, não pode vir sem garantir melhorias na qualidade do ensino.

Cristovam: exemplo mostra que jovem deve ser estimulado

Ao citar a história de um jovem de 16 anos que entrou para o curso de Medicina mesmo vindo de família pobre de Pernambuco, Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que todas as crianças merecem ser incentivadas, tanto pelos pais como pelo Estado.

Ele comentou que o jovem, Esaú da Silva Santos – retratado no *Domingão do Faustão* –, pode servir de exemplo. “Mesmo faltando comida, continuava estudando. O Brasil pode fazer o que os pais fizeram pelo filho.”



Cristovam: “O Brasil pode fazer o que os pais fizeram pelo filho”

Fonte de financiamento e desigualdade na distribuição de recursos entre espetáculos comerciais e populares foram o foco das discordâncias durante audiência pública na Comissão de Educação

Atores e produtores divergem sobre o anteprojeto da Lei Geral do Teatro

A natureza do financiamento de produções teatrais – se público ou privado – e a desigualdade na distribuição de recursos entre espetáculos comerciais e populares causaram divergências entre os participantes de audiência pública realizada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e sua Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. O debate foi o segundo que discutiu o anteprojeto da Lei Geral do Teatro, elaborado pela CE.

Em defesa da proposta, que mantém incentivos fiscais previstos na Lei Rouanet, o ator Odilon Wagner, vice-presidente da Associação de Produtores Teatrais Independentes, argumentou que a centralização de recursos no eixo Rio-São Paulo não é causada pelo mecanismo de captação de recursos, mas por falha na distribuição das verbas. O anteprojeto, destacou, busca um novo modelo de gestão e a criação de uma secretaria nacional de teatro, no Ministério da Cultura.

Também favorável à proposta, a atriz e produtora Irene Ravache afirmou que os profissionais que fazem teatro comercial enfrentam o preconceito daqueles do “teatro de rua”. Ela comentou ter-se tornado produtora para buscar recursos para peças teatrais e negou que atores mais conhecidos tenham facilidade em conseguir patrocínio.



Produtores teatrais não concordaram acerca de um modelo para financiamento de peças nacionais

– Não conheço produtor de teatro milionário. Todos estão tentando pagar suas contas, dando emprego para muita gente – disse.

No mesmo sentido, a produtora Tatyana Rubim considerou que o problema está na aprovação de projetos pelo Ministério de Cultura. Para ela, uma Lei Geral do Teatro será capaz de aperfeiçoar a parceria entre a iniciativa privada, os profissionais de teatro e o governo.

Críticas

Contrário à proposta, Ney Piacentini, presidente da Cooperativa Paulista de Teatro, avaliou que o anteprojeto repete os erros da Lei Rouanet. Ele defendeu o financiamento público do setor, pois os recursos captados por incentivos fiscais são manipulados pelo *marketing* empresarial, “favorecendo uma elite”. Assim, reivindicou um fundo de cultura e a distribuição de recursos por meio

de editais.

– Cultura é um direito, como a educação. Uma política pública nesse setor deve ser voltada à população. Sou contra a mercantilização do teatro – opinou.

Oséas Borba Neto, representante do setor no Conselho Nacional de Políticas Culturais, apontou distorções entre as regiões brasileiras no acesso a recursos para a produção teatral e também discrepâncias no acesso até dentro de uma mesma região.

– A responsabilidade do Senado é atender ao Brasil, e não apenas ao interesse de pequenos grupos – frisou.

O ator e diretor teatral Amir Haddad lembrou que empresários e políticos podem ganhar com o investimento em arte, “que dá voto e retorno financeiro”. Ele apelou por uma lei “com responsabilidade”, de forma a assegurar o fortalecimento do setor.



Estado é o único que ainda não tem ensino médico, diz Geovani

Geovani: Amapá pode ganhar logo curso de Medicina

Geovani Borges (PMDB-AP) comemorou o aniversário da Universidade Federal do Amapá (Unifap) e anunciou a liberação de recursos para a implantação da faculdade de Medicina da instituição.

Autor do projeto de criação da Unifap quando deputado federal, o senador destacou a importância da iniciativa para o desenvolvimento do Amapá.

– Há 22 anos, tive o prazer de ver meu projeto sancionado pelo presidente Sarney. Agora, anuncio a liberação de R\$ 9 milhões para a faculdade de Medicina.



Governo do estado se omite diante de denúncias de bispo, diz Flexa

Para Flexa Ribeiro, governadora levou Pará ao caos

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) voltou a criticar a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, do PT, e disse que o estado vive o caos na segurança pública, na saúde, na questão ambiental, no mercado de trabalho e na gestão administrativa.

O senador disse ainda que o governo estadual é omissivo diante das denúncias de exploração sexual infantil e de narcotráfico feitas pelo bispo de Marajó, dom Luiz Azcona. Ele acusou Ana Júlia de nomear 1.242 novos assessores.



Garibaldi (E) discursa durante cerimônia, que teve apresentação musical

TV Senado e Clube do Choro formalizam convênio

Uma parceria informal de dez anos, que deu origem a 140 programas, tornou-se ontem um convênio formal entre a TV Senado e o Clube do Choro de Brasília, que, também ontem, recebeu o título de Patrimônio Cultural Imaterial da cidade.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, afirmou que o clube, fundado há 30 anos, representa o que há de mais genuíno e autêntico na música brasileira.

O convênio foi assinado pelo diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, pelo diretor da Secretaria de Comunicação Social, Helival Rios, pela diretora da TV Senado, Virgínia Galvêz, e pelo presidente do Clube do Choro, Henrique Lima Santos Filho, conhecido como Reco do Bandolim.

Casagrande quer debate sobre regulamentação da telefonia



Falta de concorrência pode levar a alta de preço, afirma senador

Preocupado com a possibilidade de oligopólio no setor de telefonia e aumento de preços em virtude da compra da Brasil Telecom pela Oi, o senador Renato Casagrande (PSB-ES) propôs que o Senado promova debate sobre a regulamentação da Lei Geral das Telecomunicações (4.733/03), “nos aspectos que afetam

a concorrência e a isonomia de tratamento”. A regulamentação, disse, está há dez anos nas gavetas da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

O senador também criticou a possibilidade de diversos serviços (telefonia fixa, celular de longa distância, provimento de acesso à internet, TV por assinatura etc.) serem oferecidos “de forma embolada e por um mesmo grupo econômico”. Ele sugeriu que estruturas de telefonia de empresas públicas como Petrobras poderiam aumentar a concorrência e forçar a queda de preços.